



Relatório da Administração - 2011

Em 2011, a Administração da Companhia, em continuidade a fase de encerramento das suas atividades operacionais, concentrou seus esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como prosseguiu adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares. Neste exercício os esforços da Administração focaram em aprimorar os critérios de mensuração e quantificação dos ativos e passivos judiciais, bem como na rígida adequação do nível das provisões técnicas às obrigações futuras da Companhia.

Os ativos garantidores das reservas técnicas atingiram a cifra de R\$ 305,0 milhões, enquanto o índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Empresa de honrar seus compromissos futuros ficou em 1,79, registrando folga de 79% no balanceamento entre ativos e passivos. Ao final do exercício, a COSESP apurou lucro líquido da ordem de R\$ 11,6 milhões, tendo encerrado o ano com um Patrimônio Líquido de R\$ 221,2 milhões.

A COSESP, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, remunerou seus acionistas no ano findo com a importância de R\$ 5,2 milhões a título de juros sobre o capital próprio. A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos. São Paulo (SP), janeiro de 2012.

A Administração

Demonstrações de Resultado
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Em R\$ mil, exceto o Lucro Líquido por Ação)

	Nota Explanativa		Nota Explanativa	
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	01/01/2010
Prêmios Emitidos Líquidos	22	1.673	1.666	
Variáveis das Provisões Técnicas de Prêmios	23	(10.316)	65	
Prêmios Ganhos		(8.643)	1.731	
Sinistros Ocorridos	24	(19.013)	(14.249)	
Custos de Aquisição		2	(8)	
Outras Receitas e Despesas Operacionais	25	7.750	8.097	
Resultado com Resseguro		(73)	(592)	
Despesas Administrativas	26	(8.369)	(8.145)	
Despesas com Tributos	27	(637)	(689)	
Resultado Financeiro	28	38.758	21.798	
Resultado Patrimonial	29	1.190	1.129	
Resultado Operacional		10.965	9.072	
Ganhos ou Perdas com ativos não correntes		581	674	
Resultado antes dos Impostos e Participações	30	11.546	9.746	
Imposto de Renda	30	105	(433)	
Contribuição Social	30	65	(261)	
Participações sobre o Resultado		(166)	(203)	
Lucro Líquido do Exercício		11.550	8.849	
Quantidade de Ações (Em milhares)		120.000	120.000	
Lucro Líquido do Exercício por Ação		96,25	73,74	
(lote de 1.000 ações) - R\$				
Lucro Líquido por Ação (lote de 1.000 ações)				
- Controlador (R\$)		91,18	69,85	
Lucro Líquido por Ação (lote de 1.000 ações)				
- Não Controlador (R\$)		5,07	3,89	

Demonstrações de Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$ mil)

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro Líquido do Exercício	11.550	8.849
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	(7)	(7)
Total do Lucro Abrangente do Exercício	11.543	8.842

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Encerrados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$ mil)

	31/12/2011	31/12/2010
Atividades Operacionais		
Recebimento de Prêmios de Seguros	1.661	1.712
Recuperação de Sinistros e Comissões	3.010	2.663
Outros Recebimentos Operacionais		
(Salvados, Ressarcimentos e Outros)	735	511
Pagamentos de Sinistros e Comissões	(14.451)	(17.593)
Pagamentos de Despesas com Operações		
de Seguros e Resseguros	(10)	(15)
Pagamentos de Despesas e Obrigações	(9.200)	(9.337)
Pagamento de Indenizações e		
Despesas em Processos Judiciais	(1.705)	(615)
Outros Pagamentos Operacionais	(55)	(36)
Recebimentos de Juros e Dividendos	1.260	1.015
Constituição de Depósitos Judiciais	(24.137)	(17.693)
Resgates de Depósitos Judiciais	3.165	5.729
Pagamento de Participações nos Resultados	(203)	(166)
Caixa Consumido pelas Operações	(39.930)	(33.824)
Impostos e Contribuições Pagos	(1.340)	(1.731)
Outros Recebimentos	3.052	3.784
Investimentos Financeiros:		
Aplicações	(1.450)	(3.700)
Vendas e Resgates	45.107	36.806
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	5.439	1.335
Atividades de Investimento		
Pagamento pela Compra de Ativo Permanente:		
Imobilizado	(53)	(15)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(53)	(15)
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.347)	(2.000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(5.347)	(2.000)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	39	(680)
Saldo de Caixa e Equivalente no Início do Exercício	9	689
Saldo de Caixa e Equivalente no Final do Exercício	48	9
Aumento (Diminuição) nas Disponibilidades	39	(680)
Aumento (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	43.358	(3.393)

anual de amortização das Despesas de Organização e Instalação é 10%.
3.5 Provisões Técnicas - As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 162/2006 e alterações posteriores.

i) Provisão de prêmios não ganhos - PPNG - É calculada em base "pró-rata" dia sobre os prêmios retidos correspondentes ao período de cobertura do risco ainda não decorrido dos contratos de seguros. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice de seguros ou de um endosso que modifique o valor do prêmio.

ii) Provisão para insuficiência de prêmios - PIP - A Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências nas provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros e foi registrada para as apólices cuja renovação está determinada por decisão judicial, a Companhia seguiu o grupo de apólices em dois grupos distintos: **a)** O primeiro está composto por apólices com decisão em segunda instância e ações transitadas em julgado desfavoravelmente à Companhia (Grupo A); e **b)** O segundo grupo de apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial (Grupo B). O cálculo da PIP do grupo considerado vitalício, ou seja, até o fim da existência do último segurado exposto monta R\$ 7.217. A provisão para o restante das apólices que ainda estão em fase inicial de discussão no judiciário foi projetada pelo fluxo de caixa como descrito anteriormente, contudo, considerando a vigência de doze meses e monta R\$ 3.107, registrada devido às incertezas relativas às futuras decisões judiciais. A PIP registrada refere-se às apólices fechadas com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. O fluxo de caixa foi projetado como segue: • Fluxo futuro dos sinistros a pagar (ocorridos e a ocorrer) com base na tábua de mortalidade mais aderente à experiência do grupo de apólices; • Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento histórica por faixa etária; • Comissões futuras, pela característica da carteira que considera seguros reatados judicialmente, inexistente premissa relacionada ao corretor; • Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção da apólice, considerando os padrões de mercado para manter este grupo de apólices até sua extinção além do fluxo das despesas judiciais estimadas pela própria característica da massa de segurados. O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros é trazido a valor presente considerando a projeção de taxa de juros linear e livre de riscos em um cenário de longo prazo. A provisão para o restante das apólices que ainda estão em fase inicial de discussão judicial, foi projetada pelo fluxo de caixa como descrito anteriormente. Contudo, considerando a vigência de 12 meses para o Grupo B e vitalício para o Grupo A.

iii) Provisão de sinistros a liquidar - A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial foi reclassificada para o passivo não circulante.

iv) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 60 meses.

v) Provisão Complementar de Prêmios - PCP - A Provisão Complementar de Prêmios é constituída mensalmente para complementar a Provisão de prêmios não ganhos - PPNG.

3.6 Teste de adequação de passivos - Conforme requerido pelo CPC 11 e Circular SUSEP nº 410/2010, semestralmente deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras foi instituído pela SUSEP, por intermédio da referida Circular e deverá avaliar a data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro. O teste de adequação de passivos deve estimar o fluxo de caixa futuro bruto de resseguro e retrocessão, e deverá conter pagamentos de sinistros futuros de sinistros já ocorridos ou a ocorrer e despesas correspondentes. O teste é elaborado considerando como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis e das despesas de comercialização diferidas (DCD) diretamente relacionados aos contratos de seguros. Conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 410/2010, para esse teste foi adotada uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, considerando a tábua atuarial BR-EMS, trazidas a valor presente, segundo a relevante estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) divulgada pela Susep, utilizando o indexador de taxa prefixada. Incluem-se também as despesas com a liquidação de sinistros utilizando premissas atuais para o teste. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. Caso sejam identificadas quaisquer deficiências, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo DCD (ou outros ativos intangíveis) e posteriormente constituindo provisões técnicas adicionais ao passivo de seguro já registrado na data do teste. O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2011 com base nas premissas acima descritas não apresentou insuficiência.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Em R\$ mil)

	Nota Explanativa			Nota Explanativa		
	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Ativo						
Circulante	353.435	359.385	361.834	26.767	13.422	13.641
Disponível	48	9	689	1.706	1.607	1.870
Caixa e Bancos	48	6	538		695	612
Equivalente de Caixa	0	3	151			
Aplicações	5	351.505	357.531	358.297		
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros						
Prêmios a Receber	6.1	931	549	904		
Operações com Seguradoras	6.4	121	117	93		
Operações com Resseguradoras	6.5	652	284	412		
Outros Créditos Operacionais		149	131	389		
Outros Créditos Operacionais		9	17	10		
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	7	249	293	436		
Títulos e Créditos a Receber						
Títulos e Créditos a Receber	8.3	498	671	764		
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	267	272	345		
Outros Créditos	8.3	97	81	1		
Outros Valores e Bens						
Bens a Venda		134	318	418		
Outros Valores		191	319	695		
Outros Valores		156	160	531		
Outros Valores		35	159	164		
Despesas Antecipadas		12	12	43		
Custos de Aquisição Diferidos		1	1	6		
Seguros		1	1	6		
Ativo Não Circulante	135.200	118.072	105.999			
Realizável a Longo Prazo	135.200	118.072	105.999			
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	7	11.515	11.610	11.985		
Títulos e Créditos a Receber	113.596	95.483	81.702			
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	164	147	1.032		
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2	112.829	94.718	80.052		
Outros Créditos a Receber	8.3	603	618	618		
Investimentos		7.530	7.993	8.456		
Participações Societárias	9	1.491	1.491	1.491		
Imóveis Destinados à Renda	9	6.039	6.502	6.965		
Imobilizado	10	2.076	2.328	3.014		
Imóveis		1.788	1.924	2.061		
Bens Móveis		288	404	953		
Diferido	11	483	658	842		
Total do Ativo	488.635	477.457	467.833			
Passivo						
Circulante						
Contas a Pagar						
Obrigações a Pagar	12.1	21.646	8.116	6.018		
Impostos e Encargos Sociais						
a Recolher	12.2	409	400	319		
Encargos Trabalhistas	12.3	599	595	582		
Impostos e Contribuições	12.4	3	0	280		
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	13	175	170	162		
Prêmios a Restituir		1	1	0		
Corretores de Seguros e Resseguros		79	80	79		
Outros Débitos Operacionais		95	89	83		
Provisões Técnicas - Seguros	14	24.886	11.645	11.609		
Danos		3.240	3.529	5.591		
Pessoas		21.646	8.116	6.018		
Passivo Não Circulante	240.657	249.129	246.034			
Contas a Pagar	15	1.172	1.374	1.576		
Tributos Diferidos	15	1.172	1.374	1.576		
Provisões Técnicas - Seguros	14.2	191.904	181.569	167.404		
Danos		53.942	52.752	50.063		
Pessoas		137.962	128.817	117.341		
Outros Débitos	17	47.581	66.186	77.054		
Provisões Judiciais		47.581	66.186	77.054		
Patrimônio Líquido	20	221.211	214.906	208.158		
Capital Social		120.000	120.000	120.000		
Reservas de Lucros		101.332	95.027	88.279		
(-) Ações em Tesouraria		(114)	(114)	(114)		
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		(7)	(7)	(7)		
Total do Passivo	488.635	477.457	467.833			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Em R\$ mil)

	Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	120.000	9.719	78.560	(114)	(7)	0	208.158
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	8.849	8.849
Transferência para Reservas	0	443	6.305	0	0	(6.748)	0
Juros sobre o Capital Próprio Imputados aos Dividendos	0	0	0	0	0	(2.000)	(2.000)
Dividendos a Distribuir	0	0	0	0	0	(101)	(101)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	120.000	10.162	84.865	(114)	(7)	0	214.906
Lucro Líquido do Exercício	0	0	0	0	0	11.550	11.550
Transferência para Reservas	0	577	5.727	0	0	(6.305)	0
Juros sobre o Capital Próprio Imputados aos Dividendos	0	0	0	0	0	(2.743)	(2.743)
Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	0	0	(2.502)	(2.502)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	120.000	10.739	90.592	(114)	(7)	0	221.211

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010
(Em R\$ mil)

1. Contexto Operacional

A

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$ mil)

3.7 Passivos Financeiros - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

3.8 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - i) **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii) **Passivos Contingentes** - São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii) **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

3.9 Patrimônio Líquido - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. A compra das ações próprias é registrada pelo valor pago incluindo o custo da transação, e apresentada como conta redutora do patrimônio líquido. A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social - O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Risco de Subscrição - O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a

frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados. Conforme mencionado na Nota Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscrive riscos devido a decisões judiciais e, conseqüentemente, à medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, a provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida.

i) **Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros** - Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

ii) **Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)** - A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

4.2 Risco de Crédito - O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade da contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas estão relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos. O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.

4.3 Risco de Mercado - O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia. O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do VaR (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Data	Valor de Mercado (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
31/12/2011	351.404.118,55	128,52	0,0000%
31/12/2010	357.430.430,60	152,95	0,0000%

4.4 Risco de Liquidez - O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos. Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros. As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)

Descrição	31/12/2011					Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1 ano	Prazo indeterminado	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	48	-	-	-	-	48
Quotas e Fundos Investimentos.....	351.311	-	-	-	-	351.311
Total dos Ativos Financeiros (1)	351.359	0	0	0	0	351.359
Contas a Pagar.....	1.540	166	-	-	-	1.706
Débitos de Operações com Seguros.....	41	-	-	-	134	175
Provisões Técnicas de Seguros.....	24.886	-	-	-	191.904	216.790
Provisões Judiciais.....	-	-	-	-	47.581	47.581
Total dos Passivos Financeiros (2)	26.467	166	0	0	239.619	266.252
Excesso de Caixa (1 - 2)	324.892	(166)	0	0	(239.619)	85.107

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)

Descrição	31/12/2010					Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1 ano	Prazo indeterminado	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	9	-	-	-	-	9
Quotas e Fundos Investimentos.....	357.531	-	-	-	-	357.531
Total dos Ativos Financeiros (1)	357.540	0	0	0	0	357.540
Contas a Pagar.....	1.607	-	-	-	-	1.607
Débitos de Operações com Seguros.....	36	-	-	-	134	170
Provisões Técnicas de Seguros.....	11.645	-	-	-	181.569	193.214
Provisões Judiciais.....	-	-	-	-	66.186	66.186
Total dos Passivos Financeiros (2)	13.288	0	0	0	247.889	261.177
Excesso de Caixa (1 - 2)	344.252	0	0	0	(247.889)	96.363

4.5 Risco Operacional - O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal. A Companhia mantém políticas definidas para as subscrições e pagamentos de apólices vigentes e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* às competências necessárias.

4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido - Em dezembro de 2010, o CNSP divulgou as seguintes resoluções que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011: (i) Resolução CNSP nº 222/10 - que instituiu regras e procedimentos para o cálculo do patrimônio líquido ajustado; (ii) Resolução CNSP nº 227/10 que dispõe, entre outros assuntos, sobre o capital mínimo requerido; e (iii) Resolução CNSP nº 228/10 que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito.

i) Patrimônio Líquido Ajustado

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
(+) Patrimônio Líquido.....	221.211	214.906
(-) Despesas Antecipadas.....	12	12
(-) Participações Societárias.....	1.491	1.491
(-) Ativo Diferido.....	483	658
(-) Patrimônio Líquido Ajustado	219.225	212.745

ii) Margem de Solvência

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
a) Prêmios Retidos - últimos 12 meses (0,20).....	335	333
b) Sinistros Retidos - últimos 36 meses (0,33).....	5.228	3.737
Margem de Solvência (a ou b, o maior)	5.228	3.737

iii) Capital adicional

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Capital Adicional de Risco de Subscrição/Crédito.....	6.302	2.462
Capital Adicional	6.302	2.462

A Resolução CNSP nº 227, de 6 de dezembro de 2010, que modificou a Resolução CNSP nº 178, de 28 de dezembro de 2007, estabeleceu novos requerimentos relacionados ao capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das seguradoras, o qual é composto por capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legal e operacional. A Resolução CNSP nº 158, de 26 de dezembro de 2006, posteriormente alterada pela Circular SUSEP nº 411, de 22 de dezembro de 2010, estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser atendida em relação ao maior dos valores entre o capital mínimo requerido (CMR) e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55, de 3 de setembro de 2001.

Capital Mínimo Requerido (CMR) para autorização e funcionamento

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Capital Base para Operar.....	15.000	15.000
Capital Adicional.....	6.302	2.462
Capital Mínimo Requerido (CMR).....	21.302	17.462
Margem de Solvência:		
Patrimônio Líquido Ajustado.....	219.225	212.745
Capital Mínimo Requerido (CMR).....	(21.302)	(17.462)
Suficiência	197.923	195.283

5. Ativos Financeiros - Aplicações Financeiras

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão assim apresentadas:

i) Valor justo por meio do resultado:

Títulos	Vencimento 31/12/2011			
	Entre 1 ano e 5 anos	Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado	
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	131.733	219.578	351.311	351.404
LFT.....	129.731	219.578	349.309	349.402
LNT.....	2.002	0	2.002	2.002
Outras Aplicações (1).....	194	0	194	194
Total	131.927	219.578	351.505	351.598

(1) Fundos Retidos do IRB

Títulos	Vencimento 31/12/2010			
	Entre 1 ano e 5 anos	Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado	
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	27.260	330.078	357.338	357.430
LFT.....	27.260	330.078	357.338	357.430
b) Fundos Abertos.....	3	0	3	3
Outras Aplicações (1).....	193	0	193	193
Total	27.456	330.078	357.534	357.626

(1) Fundos Retidos do IRB

Títulos	Vencimento 01/01/2010			
	Entre 1 ano e 5 anos	Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado	
Quotas de Fundos de Investimentos:				
Fundos Exclusivos	32.808	324.880	357.688	357.688
LFT.....	29.807	324.880	354.687	354.687
LNT.....	3.001	0	3.001	3.001
b) Fundos Abertos.....	151	0	151	151
Outras Aplicações (1).....	190	0	190	190
Títulos da Dívida Agrária.....	419	0	419	428
Total	33.378	324.880	358.448	358.457

(1) Fundos Retidos do IRB

ii) Ativo disponível para venda:

Ações de outras sociedades	31/12/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado	Valor Contábil/Justo	Custo Atualizado
	7	0	7	0
Total	7	0	7	0

Data	Valor de Mercado (R\$)	VaR (R\$)	VaR (%)
31/12/2011	351.404.118,55	128,52	0,0000%
31/12/2010	357.430.430,60	152,95	0,0000%

4.4 Risco de Liquidez - O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos. Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros. As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)

Descrição	31/12/2011					Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1 ano	Prazo indeterminado	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	48	-	-	-	-	48
Quotas e Fundos Investimentos.....	351.311	-	-	-	-	351.311
Total dos Ativos Financeiros (1)	351.359	0	0	0	0	351.359
Contas a Pagar.....	1.540	166	-	-	-	1.706
Débitos de Operações com Seguros.....	41	-	-	-	134	175
Provisões Técnicas de Seguros.....	24.886	-	-	-	191.904	216.790
Provisões Judiciais.....	-	-	-	-	47.581	47.581
Total dos Passivos Financeiros (2)	26.467	166	0	0	239.619	266.252
Excesso de Caixa (1 - 2)	324.892	(166)	0	0	(239.619)	85.107

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)

Descrição	31/12/2010					Total
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	acima de 1 ano	Prazo indeterminado	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	9	-	-	-	-	9
Quotas e Fundos Investimentos.....	357.531	-	-	-	-	357.531
Total dos Ativos Financeiros (1)	357.540	0	0	0	0	357.540
Contas a Pagar.....	1.607	-	-	-	-	1.607
Débitos de Operações com Seguros.....	36	-	-	-	134	170
Provisões Técnicas de Seguros.....	11.645	-	-	-	181.569	193.214
Provisões Judiciais.....	-	-	-	-	66.186	66.186
Total dos Passivos Financeiros (2)	13.288	0	0	0	247.889	261.177
Excesso de Caixa (1 - 2)	344.252	0	0	0	(247.889)	96.363

5.1 Hierarquia dos Ativos Financeiros

i) **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

ii) **Nível 2** - informações, além dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preço) ou indiretamente (derivados dos preços);

iii) **Nível 3** - Inserções para ativos ou passivos que não são baseados em variáveis de mercado.

Títulos ao valor justo

por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	31/12/2011	Nível 1	Nível 2	31/12/2010
Fundos de Investimentos - Aberto	0	0	0	3	0	3
Fundos de Investimentos - Exclusivo	0	0	0	3	0	3
Total	0	0	0	3	0	3

6. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

6.1 Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2011			31/12/2010		
	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido	Valores a Receber	Provisão p/ Risco de Crédito	Prêmios a Receber Líquido
Garantia de Obrigações Contratuais.....	3	0	3	3	0	3
Vida em Grupo.....	649	(533)	116	645	(533)	112
Outros.....	25	(23)	2	25	(23)	2
Total - Circulante	677	(556)	121	673	(556)	117

6.2 Prêmios a Receber por Vencimento

Descrição	31/12/2011		
-----------	------------	--	--

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em R\$ mil)

14. Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros

a) Movimentação das reservas técnicas

Descrição	2011				
	Saldo inicial	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	190.631	57.980	(59.900)	15.080	203.791
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.515	340	(241)	0	2.614
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	29	735	(733)	0	31
Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP	0	10.349	(25)	0	10.324
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	39	6	(15)	0	30
Total	193.214	69.410	(60.914)	15.080	216.790

Descrição	2010				
	01/01/2010	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo Final
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	177.943	40.199	(45.381)	17.870	190.631
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	936	2.096	(517)	0	2.515
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	94	801	(866)	0	29
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	40	38	(39)	0	39
Total	179.013	43.134	(46.803)	17.870	193.214

b) Composição das reservas técnicas líquida de resseguro

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos	31	31	29	29
Provisão de Insuficiência de Prêmios	10.324	10.324	0	0
Provisão Complementar de Prêmios	30	30	39	39
Provisão de Sinistros a Liquidar	203.791	192.188	190.631	178.904
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.614	2.453	2.515	2.339
Total	216.790	205.026	193.214	181.311
Circulante	24.886	24.637	11.645	11.352
Não circulante	191.904	180.389	181.569	169.959

Descrição	01/01/2010		Bruta de Resseguro		Líquida de Resseguro	
	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro	Resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos	94	56	94	56	94	56
Provisão Complementar de Prêmios	40	36	40	36	40	36
Provisão de Sinistros a Liquidar	177.943	165.608	177.943	165.608	177.943	165.608
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	936	892	936	892	936	892
Total	179.013	166.592	179.013	166.592	179.013	166.592
Circulante	11.609	11.173	11.609	11.173	11.609	11.173
Não circulante	167.404	155.419	167.404	155.419	167.404	155.419

14.1 Provisão de Sinistros a Liquidar - Circulante

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Saldo Anterior	9.062	8.945	10.539	10.189
Sinistros Avisados	6.587	6.370	9.873	9.160
Ajustes de Estimativas	(1.538)	(1.461)	(2.882)	(2.098)
Pagamentos	(2.187)	(2.027)	(8.482)	(8.320)
Atualização Monetária e Juros	(36)	(27)	14	14
Provisão de Sinistro a Liquidar	11.888	11.800	9.062	8.945

14.2 Provisão de Sinistros a Liquidar - não Circulante

Descrição	31/12/2011		31/12/2010	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Saldo Anterior	181.569	169.960	167.404	155.419
Novas Constituições no Período	41.681	36.136	25.130	20.945
Baixa da Provisão por Êxito ou Alteração de Probabilidade	(29.307)	(23.458)	(20.891)	(16.051)
Total Pago no Período	(17.155)	(17.004)	(7.930)	(7.845)
Atualização Monetária e Juros	15.116	14.755	17.856	17.492
Provisão de Sinistro a Liquidar	191.904	180.389	181.569	169.960

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 191.904 (R\$ 181.569 em 31/12/2010), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - não circulante", e são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, a sua complexidade e o posicionamento dos Tribunais e são atualizados monetariamente até a data-base das demonstrações financeiras. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	Qtde.	31/12/2011		31/12/2010	
		Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	1.007	103.121	103.121	752	98.178
Possível	2.397	222.813	109.525	3.143	281.124
Total	3.404	325.934	212.646	3.895	379.302

Chances de Ocorrência	Qtde.	01/01/2010	
		Valor Reclamado	Valor Provisionado
Provável	575	75.339	55.556
Possível	3.588	287.841	131.497
Total	4.163	363.180	187.053

14.3 Tabela de Desenvolvimento de Sinistro

Data do Aviso	2007	2008	2009	2010	2011	Total
No Final do Ano da Divulgação	16.497	4.098	1.880	2.278	3.048	27.801
1 Ano Depois	5.796	831	832	301		7.760
2 Anos Depois	936	19	23			978
3 Anos Depois	211	196				407
4 Anos Depois	131					131
Sinistros Acumulados	23.571	5.144	2.735	2.579	3.048	37.077
Pagamentos Acumulados	(19.366)	(2.938)	(841)	(548)	(47)	(23.740)
Provisão de Sinistro a Liquidar	4.205	2.206	1.894	2.031	3.001	13.337
PSL Anterior a 2007						188.536
PSL Retrocessão - IRB						1.918
Total da Provisão de Sinistro a Liquidar	4.205	2.206	1.894	2.031	3.001	203.791

14.4 Garantia das Provisões Técnicas

Em cumprimento as normas vigentes, encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2011	31/12/2010	01/01/2010
Provisão de Prêmios não Ganhos	31	30	94
Provisão de Insuficiência de Prêmios	10.324	0	0
Provisão Complementar de Prêmios	30	39	40
Provisão de Sinistros a Liquidar	203.791	190.631	177.943
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.614	2.515	936
Total de Provisões Técnicas	216.790	193.215	179.013
(-) Operações com Resseguradoras	(11.764)	(11.903)	(12.421)
Total a ser Coberto	205.026	181.312	166.592
Quotas de Fundos de Investimentos	304.666	354.044	351.417
Garantias das Provisões Técnicas	304.666	354.044	351.417
Excesso	99.640	172.732	184.825

15. Tributos Diferidos

Refere-se ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre a reserva de reavaliação capitalizada. Os tributos incidentes sobre a Reavaliação Capitalizada totalizam: a) R\$ 1.172 em 31/12/2011; b) R\$ 1.374 em 31/12/2010 e c) R\$ 1.576 em 01/01/2010.

21. Principais Carteiras

Ramos	31/12/2011				Comercialização %	31/12/2010				Comercialização %
	Prêmio Ganho	Sinistro Ocorridos	% Total Pr. Ganho	Sinistralidade %		Prêmio Ganho	Sinistro Ocorridos	% Total Pr. Ganho	Sinistralidade %	
0993	(8.573)	13.534	-	-	-	1.655	8.425	95,6	509,1	0,1
Outros	(70)	5.479	-	-	-	76	5.824	4,4	-	6,6
Total	(8.643)	19.013	-	-	-	1.731	14.249	100,0	823,2	0,4

Descrição dos ramos: 0993 - Vida em Grupo

Conselho de Administração

ANDREA SANDRO CALABI - Presidente
HAMILTON CHOHI - Membro

MAURO RICARDO MACHADO COSTA - Membro
MILTON LUIZ DE MELO SANTOS - Membro

HAMILTON CHOHI
Diretor Presidente

GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI
Diretor

Responsáveis Técnicos

GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI
Atuário MIBA nº 1.044

MARCOS DA PAZ DA SILVA
CRC 1SP218980/O-0

Parcer Atuarial - Ano-base: 2011

Aos Diretores e Acionistas da

COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo

1. Em conformidade com o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, realizamos a Avaliação Atuarial das provisões técnicas dos ramos de seguro operacionalizados pela COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo, do exercício de 2011, realizando também o Teste de Adequação de Passivo de acordo com a Circular SUSEP nº 410, de 22/12/2010.

2. A Avaliação Atuarial compreende o recálculo das provisões técnicas para os períodos de competência dos riscos assumidos pelos contratos de seguros em vigor nas datas-base de 30/09/2011, 31/10/2011, 30/11/2011 e 31/12/2011.

3. Nossos trabalhos foram desenvolvidos de acordo com metodologias atuariais internacionalmente aceitas e aderentes à legislação em vigor, tendo como objetivo a determinação dos compromissos financeiros que a Seguradora terá com o pagamento dos eventos já ocorridos e que ainda irão ocorrer e com a manutenção dos custos administrativos de todos os contratos de

seguros em vigor nas datas-base analisadas, independentemente da emissão de novos prêmios.

4. Os resultados apurados na Avaliação Atuarial e no Teste de Apuração de Passivo (TAP) demonstram que as provisões técnicas contabilizadas nas datas-base analisadas estão adequadas, inclusive a provisão de insuficiência de prêmios constituída, bem como não foi detectada nenhuma situação relevante que comprometa a solvência atuarial da Seguradora.

São Paulo, 17 de janeiro de 2012

Exactus Consultoria Atuarial Ltda.
CNPJ nº 08.404.127/0001-03

CIBA nº 111

Miki Massui

Atuária MIBA nº 825

COSESP - Companhia de Seguros

do Estado de São Paulo

Gilberto Antonio Gonçalves Pucci

Diretor Técnico - Atuário Responsável Técnico

MIBA nº 1044

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfases: Continuidade - Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, desde o exercício de 2007, a Companhia não mais comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela Companhia contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. A reativação provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais ordenadas por juízes em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar passaram a serem proferidas desde o exercício 2007, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária.

Em 22 de dezembro de 2009 porém, a Lei Estadual nº 13.917 autorizou o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da Companhia, bem como deliberar a sua liquidação e subsequente extinção. Considerando o indeferimento do pedido de liquidação da Companhia pela Procuradoria Federal, a Administração da Companhia continua preparando as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos bem como, seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Contratos de seguro em discussão judicial: Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.5 ii, por determinação judicial, determinadas apólices do ramo vida vêm sendo reativadas sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. A Companhia tem apresentado recursos contra essas decisões judiciais sendo incerto o desfecho final dos processos judiciais em curso. Para fazer face à possíveis desequilíbrios atuariais que possam se materializar caso as ações em curso sejam julgadas, em última instância, desfavoravelmente à Companhia, foi constituída, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, Provisão para Insuficiência de Prêmios no valor de R\$ 10.324 mil. Essa provisão considera todas as ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisto periodicamente na medida em que as ações judiciais são julgadas nas diversas instâncias. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Adesão ao plano de parcelamento de débitos federais: Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, às demonstrações financeiras, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento ou pagamento de dívida, nos moldes do emanado pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 declinando do processo que discutia a constitucionalidade da Lei nº 8.981/95. Como previsto na referida Lei, a Companhia efetuou os trâmites legais restando a homologação dos valores, que dependerá de aprovação por parte das autoridades fiscais. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior - Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social da KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro de 2011 pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha, por contrato, o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado de 17 de janeiro de 2011 que não continha modificação.

São Paulo, 27 de janeiro de 2012



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães

Contadora CRC 1RJ079849/O-3 S-SP

Leonardo de Assis Portugal

Contador CRC 1RJ079932/O-1 S-SP

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, à vista do relatório dos Auditores KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o

exercício social, é de opinião que referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 24 de janeiro de 2012

Maria Constança Figueiredo

Alexandre Artur Perroni

Nelson Okamura



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

co se sp
seguros